

COMPANHIA E. JOHNSTON DE PARTICIPAÇÕES

CNPJ nº 04.679.283/0001-09

Relatório de Administração

Senhores Acionistas - Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras desta Sociedade relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Permanecemos ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Matão (SP), 31 de março de 2025. **A Administração.**

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)							
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.442	12.483	Juros sobre o capital próprio a pagar	10 (b)	405.129	453.332
Tributos a recuperar	5	48.780	13.712	Tributos a recolher	7	58.512	19.103
Juros sobre o capital próprio a receber	6	398.036	413.058	Total do passivo circulante		463.641	472.435
Total do ativo circulante		478.258	439.253	Não circulante			
Não circulante				Mútuo com acionistas	11	-	17.430
Investimento em controlada em conjunto	6	18.195.378	16.265.119	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8 (a)	266.858	266.858
				Total do passivo não circulante		266.858	284.288
				Total do passivo		730.499	756.723
				Patrimônio líquido			
				Capital social	10 (a)	11.609.604	11.609.604
				Reserva de capital	10 (c)	629.136	629.136
				Reservas de lucros	10 (d)	6.087.041	4.506.613
				Ajustes de avaliação patrimonial	10 (e)	(382.644)	(797.704)
				Total do patrimônio líquido		17.943.137	15.947.649
Total do ativo		18.673.636	16.704.372	Total do passivo e patrimônio líquido		18.673.636	16.704.372

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)								
Em 1º de janeiro de 2023	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
				Reserva legal	Reserva estatutária			
		11.609.604	629.136	239.738	2.675.860	-	(1.147.837)	14.006.501
Resultado abrangente do exercício						2.714.068	-	2.714.068
Lucro líquido do exercício						-	-	-
Equivalência patrimonial reflexa do patrimônio líquido das controladas em conjunto	10 (e)					-	350.133	350.133
Total do resultado abrangente do exercício						2.714.068	350.133	3.064.201
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Equivalência patrimonial reflexa do patrimônio líquido das investidas					(229.978)	-	-	(229.978)
Destinações do lucro					-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	10 (b)				(893.075)	-	-	(893.075)
Constituição de reservas	10 (d)			135.703	1.685.290	(1.820.993)	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				135.703	1.455.312	(2.714.068)		(1.123.053)
Em 31 de dezembro de 2023		11.609.604	629.136	375.441	4.131.172	-	(797.704)	15.947.649
Resultado abrangente do exercício						3.381.615	-	3.381.615
Lucro líquido do exercício						-	-	-
Equivalência patrimonial reflexa do patrimônio líquido das controladas em conjunto	10 (e)					-	415.060	415.060
Total do resultado abrangente do exercício						3.381.615	415.060	3.796.675
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Equivalência patrimonial reflexa do patrimônio líquido das investidas					(33.129)	-	-	(33.129)
Destinações do lucro					-	-	-	-
Dividendos	10 (b)				(852.942)	-	-	(852.942)
Juros sobre o capital próprio	10 (b)				-	(915.116)	-	(915.116)
Constituição de reservas	10 (d)			169.081	2.297.418	(2.466.499)	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				169.081	1.411.347	(3.381.615)		(1.801.187)
Em 31 de dezembro de 2024		11.609.604	629.136	544.522	5.542.519	-	(382.644)	17.943.137

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A Companhia E. Johnston de Participações ("CIAEJ" ou "Companhia") tem como objeto social exclusivo a titularidade e o exercício conjunto do poder de controle da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), devendo manter, de forma direta e em caráter permanente, 100% das ações ordinárias classe "B" de emissão da IUPAR, correspondentes a 50% das ações com direito a voto. Conforme descrito, o controle da IUPAR é exercido conjuntamente com a Itaúsa - Investimentos Itaú S.A., titular de 100% das ações ordinárias classe "A", correspondentes a 50% das ações com direito a voto. Conseqüentemente, conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico 18 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, esse investimento não está sendo consolidado nessas demonstrações financeiras. A IUPAR tem por objeto social exclusivo a titularidade e o exercício do controle acionário da sociedade denominada Itaú Unibanco Holding S.A., devendo manter, de forma direta e em caráter permanente, a propriedade de ações representativas de, pelo menos, 51% das ações com direito a voto da Itaú Unibanco Holding S.A. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2025.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, e aquelas políticas que são aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** a) **Normas revisadas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2024:** As Demonstrações Contábeis da Companhia não foram impactadas pela revisão das normas - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (Acordos de Financiamento de Fornecedores) - CPC 06 (R2) - Arrendamentos (Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback") - CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (Classificação de passivos entre circulante e não circulante e classificação de passivos não circulantes com *covenants*). b) **Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas:** As novas normas e revisões abaixo já foram emitidas, contudo, ainda não encontram-se vigentes em 31 de dezembro de 2024. A Companhia não estima impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis nas adoções abaixo: (i) **Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2025:** - CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (Procedimentos de conversão para moedas não conversíveis) - CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (Alinhamento das normas brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*); (ii) **Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2024:** - CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Divulgação e CPC 48 - Instrumentos financeiros (Questões práticas sobre classificação e mensuração de instrumentos financeiros). (iii) **Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2027:** - IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (Aplicação de requisitos de divulgação reduzidos). Adicionalmente, foi emitida pelo IASB (ainda sem Pronunciamento correspondente emitido pelo CPC) a norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras que substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e introduz novas exigências para: (i) apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; (ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração nas notas explicativas; e (iii) melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações financeiras, estabelecendo agrupamentos conforme características de similaridade. Também foram implementadas pequenas alterações no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, estabelecendo o "lucro ou prejuízo operacional" como ponto de partida para reconciliar os fluxos de caixa das atividades operacionais e a eliminação das opções existentes de apresentação de juros e dividendos pagos e recebidos. A nova norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027, de forma retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. **2.2. Estimativas contábeis críticas:** As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **2.2.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data das demonstrações financeiras. **3. Resumo das políticas contábeis materiais:**

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **3.3. Ativos financeiros:** Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado. **Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida ao de custo amortizado. Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **3.4. Empreendimentos controlados em conjunto:** Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Os investimentos em *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de sua *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto. Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas *joint ventures* são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

As políticas contábeis das *joint ventures* são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Se a participação societária for reduzida, mas for tida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma

combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre a diferença entre as bases de cálculo contábil e tributária. **3.6. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **3.7. Receita de dividendos:** Os dividendos são recebidos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os dividendos são reconhecidos como outros receitas no resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido. Isso se aplica mesmo se forem pagos em relação a lucros pré-aquisição, a menos que os dividendos representem claramente a recuperação de uma parcela do custo de um investimento. Diante disso, os dividendos são reconhecidos em outros resultados abrangentes caso se relacionem a um investimento mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **3.8. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **3.9. Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

	Rendimento	2024	2023
Bancos		21	19
Aplicações financeiras			
CDB-Certificado depósito bancário (*)	100,00% do CDI (*)	31.421	12.646
		31.442	12.483

(*) CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

5. Tributos a recuperar

	2024	2023
IRPJ pago por estimativa	-	14
CSLL pago por estimativa	-	6
IRRF sobre juros sobre capital próprio	48.594	13.306
IRRF sobre aplicações financeiras	186	386
Total tributos a recuperar	48.780	13.712

6. Investimento em controlada em conjunto
Refere-se ao investimento na IUPAR-ITAÚ UNIBANCO PARTICIPAÇÕES S.A.

	2024	2023
Informações sobre a controlada		
Quantidade de ações possuídas		
Ordinárias	355.227.092	355.227.092
Participação nas ações ordinárias - %	50,00%	50,00%
Participação no capital social total - %	33,47%	33,47%
Capital social integralizado	23.000.000	23.000.000
Patrimônio líquido	54.366.655	48.599.163
Lucro líquido do exercício	10.377.940	8.374.534

	2024	2023
Movimentação do investimento		
Saldo inicial	16.265.119	14.323.966
Outros resultados abrangentes	415.060	330.133
Transações com empresas controladas em conjunto	(33.129)	(229.978)
Equivalência patrimonial	3.473.279	2.802.781
Dividendos	(918.188)	-
Juros sobre o capital próprio	(1.006.763)	(981.783)
Saldo em 31 de dezembro	18.195.378	16.265.119

A Companhia recebeu em 2024 e 2023, dividendos e juros sobre capital próprio (JCP), como segue:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	413.058	381.239
Dividendos aprovados	918.188	-
Dividendos recebidos	(918.188)	-
Juros sobre capital próprio aprovados	1.006.763	981.783
IRRF sobre juros sobre capital próprio aprovados	(151.014)	(147.267)
Juros sobre capital próprio recebidos, líquidos de tributos	(870.771)	(802.697)
Saldo no final do exercício	398.036	413.058

6.1. Informações da controlada IUPAR
c) Balanço patrimonial sintético

	2024	2023
Circulante		
Ativo	1.430.769	1.319.182
Passivo	(1.267.228)	(1.297.150)
Ativo circulante, líquido	163.541	22.032
Não circulante		
Ativo	55.351.327	49.725.343
Passivo	(1.148.213)	(1.148.212)
Ativo não circulante, líquido	54.203.114	48.577.131
Patrimônio líquido	54.366.655	48.599.163

	2024	2023
Resultado de participações	10.672.611	8.663.147
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.377.967	8.374.561
Imposto de renda e contribuição social	(27)	(27)
Lucro líquido do exercício	10.377.940	8.374.534

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	10.377.940	8.374.534

	2024	2023
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado (líquidos de tributos)		
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	1.270.272	1.131.032
Itens que não serão reclassificados para o resultado (líquido de tributos)		
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	(30.099)	(84.854)
Total de outros resultados abrangentes	1.240.173	1.046.178
Total do resultado abrangente do exercício	11.618.113	9.420.712
f) Demonstração dos fluxos de caixa		
2024	2023	

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	10.377.967	8.374.561
Ajustes de:		
Equivalência patrimonial	(10.672.611)	(8.663.147)
Provisões	-	89
Juros e variações cambiais e monetárias (líquidas)	(1.665)	(1.540)
	(296.309)	(290.037)
Variações de ativos e obrigações	60.494	(21.418)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(64)	(129)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais </		

...continuação

COMPANHIA E. JOHNSTON DE PARTICIPAÇÕES

CNPJ nº 04.679.283/0001-09

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas - **Companhia E. Johnston de Participações - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia E. Johnston de Participações ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada em conjunto como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC SP027654/F-4

Marcos Franco Botelho
Contador CRC 1SP249995/O-8



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 11/04/2025



Aponte a câmera de seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicidade Legal** no portal do **Jornal A Comarca**. Acesse também através do link: <https://www.acomarcenet.com.br/publicacoes-legais>

